

Serra sonega dados até para o Cruesp, que alega não poder calcular impacto das reivindicações

Reitores não têm condição de discutir a questão salarial, pois não dispõem dos dados, diz Tadeu Jorge

Fórum das Seis e Cruesp reuniram-se no dia 10/5 à tarde na Reitoria da Unicamp. Os secretários de Estado, que formalmente fazem parte do Cruesp, não compareceram à reunião, assim como a reitora da USP, Suely Vilela, que foi representada pelo vice-reitor Franco Lajolo.

Primeiramente discutiu-se o impacto dos decretos do governador Serra, da LDO-2008 e do SPPrev (PLC 30/05). O presidente do Cruesp, Tadeu Jorge, fez uma exposição de quase uma hora sobre os esforços que o Cruesp vem tentando fazer para tornar os decretos inofensivos.

Um dos problemas mais graves é a inserção das universidades estaduais no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem-SP), que consta do decreto 51.636 de 9/3/07 e é reiterado no artigo 33 da proposta do Executivo para a LDO-2008, já enviada à Assembléia Legislativa (Alesp). O presidente do Cruesp declarou que o entendimento em vários níveis de governo é de que as contas dessas universidades ficariam no Tesouro do Estado, devendo

elas pedirem autorização de empenho para gastá-las.

Está claro que isto fere frontalmente a autonomia de gestão financeira e patrimonial das universidades estaduais, garantida na Constituição Federal. O Fórum das Seis recebeu cópia de ofício enviado pelo Cruesp em 2/5/05 ao secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, em que registra o acordo que havia sido estabelecido de inserção mensal no sistema de informações consolidadas dos demonstrativos de receitas e despesas a partir de janeiro/97.

No mesmo ofício, o Cruesp indica a disposição de registro diário da execução orçamentária das universidades, ao mesmo tempo em que, tendo em vista a autonomia das universidades, manifesta *seu entendimento* que deve se manter inalterada a sistemática de transferência de recursos financeiros da Conta Única/Siafem para as contas correntes geridas por USP, Unicamp e Unesp. Até hoje o Cruesp não recebeu resposta...

A LDO-2008 e o SPPrev

Foram discutidos também o impacto da LDO-2008 pro-

posta pelo governo. No texto apresentado, chama a atenção, entre outras coisas:

- No caput do artigo 4º, não consta mais “no mínimo 9,57% da quota parte do ICMS”, mas simplesmente “9,57% da quota parte do ICMS”;

- Não há dotação específica para a ampliação já realizada;

- Reitera-se pontos do Decreto 51.636 de 9/3/07, como obrigação de entrada no Siafem-SP e a dedução dos valores não repassados ao Ipesp.

Em relação ao SPPrev, o Fórum forneceu ao Cruesp a “última versão” (ou será balão de ensaio do Executivo?) do PLC 30/05 e registrou sua posição de retirada do projeto do Executivo para aprofundar o debate, viabilizando a construção de uma proposta decente. Por sua vez, o Cruesp relatou suas providências de emendar tal projeto.

E o reajuste salarial?

A segunda parte da reunião tratou do reajuste salarial. O professor Tadeu Jorge pediu esclarecimentos sobre a proposta para os funcionários técnico-administrativos, já que esta criaria problemas com

Indicativos do Fórum das Seis

Em 10/5, após a reunião com o Cruesp, o Fórum das Seis discutiu e encaminha as seguintes indicações para deliberação das assembleias de base:

- 1- Indicativo de deflagração de greve (sem data);
- 2- Pela retirada do PLC 30/05, pela publicização dos dados de previsão e arrecadação do ICMS e por uma LDO-2008 que contemple mais recursos para atendimento dos direitos sociais;

Ato na Alesp dia 17/5, 13h30 (será feita reserva de anfiteatro para tal atividade).

3- Participação no dia 23/5 da jornada nacional de luta em conjunto com os movimentos sociais organizados em defesa dos direitos sociais fundamentais de terra, trabalho e liberdade de organização e expressão. A organização da participação dos servidores públicos estaduais será discutida na Plenária do Funcionalismo de 16/5, 4ª feira, às 14h00, no SindSaúde (Rua Cardinal Arcoverde, 119, próximo à Av. Dr. Arnaldo).

os degraus de 5% entre níveis hoje existentes na carreira dos funcionários, ficando claro que este problema não está posto em relação aos docentes. Foi esclarecido que sabíamos desta questão, mas que seria imperioso enfrentá-la e solucioná-la, se trilharmos o caminho de diminuir as diferenças salariais nas universidades. Em se-

guida, o presidente do Cruesp informou que, desde meados de abril/07, as universidades enviam ofícios à Secretaria da Fazenda, sendo o último datado de 25/04 e assinado por ele próprio (cópia deste último foi fornecida ao Fórum das Seis), solicitando:

- Estimativa mensal de arrecadação do ICMS previsto

Assembléia Geral da Adusp

15/5, 3ª-f, 17h, no Anfiteatro da Geografia

Pauta:

*** Resposta do Cruesp * Gatilho * Luta contra os decretos * Organização do movimento**

na Lei Orçamentária Anual de 2007 (LOA-2007);

- Arrecadação do ICMS mensal: dados provisórios obtidos após o fechamento de cada mês;

- Estimativa/arrecadação diária do ICMS.

Nenhum dos pedidos feitos ao Secretário da Fazenda foi até hoje respondido! Portanto, continuou Tadeu Jorge, o Cruesp não tinha condição de discutir a questão salarial, pois não dispunha dos dados necessários à estimativa do impacto que teria o atendimento das reivindicações.

Assim, o Cruesp limitou-se a mencionar que pretende realizar uma reunião técnica com o Fórum das Seis, e, posteriormente, uma reunião de negociação, assim que obtiver as informações da Secretaria da Fazenda.

Ataque à autonomia

Ficou claro, durante a reunião, que os decretos do governo Serra atacam, de fato, a autonomia das universidades públicas. Os reitores conversam com o governo, mas isso não muda nem a letra, nem o espírito dos decretos. O entendimento dos reitores de que, por exemplo, a autonomia pressupõe liberdade para manejar suas contas é arrogantemente ignorado pelo governo. A não divulgação da arrecadação de impostos viola princípios básicos de transparência, não sendo condizente com a responsabilidade exigida pelo exercício de mandato público. Mesmo com seus representantes ausentes da reunião, o governo Serra intervém na autonomia de gestão das universidades, interferindo diretamente na mesa de negociação e criando empecilhos para que haja negociação efetiva.

Diante de tudo isto, impõe-se a pergunta: **que medidas tomaremos em defesa da Universidade e das nossas condições de vida e trabalho?**

Participe da assembléia geral da Adusp do dia 15/5, terça-feira, às 17h00, no anfiteatro da Geografia!

Ato no Masp lança campanha unificada

No dia 10/5, cerca de mil pessoas, representando diversos setores do funcionalismo público estadual, se reuniram em um ato público no vão livre do Masp. A manifestação marcou o início da campanha unificada do funcionalismo, cuja pauta compreende sete eixos: a retirada do PLC nº 30 (SPPrev), a revogação dos decretos do governo Serra, mais verbas para os serviços públicos essenciais, negociação salarial direta com o Executivo (respeitadas as especificidades de alguns setores), a defesa do Iamspe, luta contra a terceirização e luta contra a corrupção, a sonegação, a isenção e a renúncia fiscais no Estado.

Diversos oradores revezaram-se, representando as diferentes categorias que participam da campanha unificada. Apoiadores, como o deputado estadual Raul Marcelo (PSOL), também se manifestaram, criticando o projeto do SPPrev.

O presidente da Adusp, professor César Minto, falando em nome da coordenação do Fórum das Seis, destacou a importância da unidade que o funcionalismo vem demonstrando contra a SPPrev e outras iniciativas do governo Serra.

“Essa não será uma luta pequena”, advertiu o professor, “ela exige fôlego. Será preciso arregimentar mais forças no funcionalismo para que a gente possa se contrapor a esse conjunto de medidas”. A pauta completa do movimento, enfatizou César, compreende várias frentes de luta, sintetizadas nos sete eixos citados acima, que ele leu um por um.

Mobilização

Neusa Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), reforçou a necessidade da mobilização: “Só com luta é que a gente con-



segue fazer essa mudança”.

Benedito de Oliveira, presidente do SindSaúde, lembrou que a privatização dos serviços essenciais, que vem sendo realizada no Estado por meio das “organizações sociais” (OS) e das fundações privadas, é danosa para a população: “A privatização da saúde vai matar muitos e muitos trabalhadores pobres deste país”, denunciou. “A privatização da saúde é crime, é assassinato”.

O presidente da Apeoesp, Carlos Ramiro (Carlão), acusou o governo de mentir na mesa de negociação. “É men-



Manifestação de 10/5 no Masp. No destaque, professor César Minto

tira do governo dizer que não há dinheiro para educação, saúde, segurança pública. Porque dinheiro existe, só que está canalizado em outra direção”. Ele também atacou a privatização por meio das OS: “Significa degradar os serviços públicos”.

Também se manifestaram, entre outros, representantes do Sintusp, da Afuse e do DCE-USP.

No dia 23, o funcionalismo público paulista voltará às ruas, desta vez no âmbito de uma grande manifestação nacional contra a precarização, contra a Emenda 3 e em defesa dos direitos dos trabalhadores, que envolve a a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Intersindical e diversas outras articulações e órgãos sindicais.

Resistência ao neoliberalismo em debate

O debate sobre a SPPrev, a LDO-2008 e os decretos do governo Serra, de 10/5, no auditório da Escola de Aplicação, reuniu os deputados estaduais Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro (PT) e os professores César Minto, presidente da Adusp, e João Zanetic, vice-presidente (foto).

A discussão pautou-se pelo entendimento de que essas três iniciativas revelam o autoritarismo do governo e sua intenção clara de implementar diretrizes da reforma do Estado iniciada pelo governo FHC nos anos 1990: “a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas

de privatização, terceirização e ‘publicização’ (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta)” (Cadernos MARE da Reforma do Estado – nº 1, 1997).

Tratou-se, ainda, de problemas relativos à necessidade de fortalecer e unificar a mobilização dos trabalhadores contra as reformas neoliberais,

como a da Previdência, da Universidade, dentre outras. Ademais, discutiu-se o choque de diferentes projetos de universidade dentro da USP e a ocupação da Reitoria pelos estudantes (vide manifesto do Conselho de Representantes em www.adusp.org.br).

